



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria dos Recursos Hídricos

COORDENADORIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS (CGERH)

OUTORGA DE DIREITO DE USO Nº 1032/2019

PORTARIA Nº 1516/2019

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso da atribuição que lhe confere o art 6º, da Lei nº 14.844, de 28 de dezembro de 2010, publicada no D. O. E de 30 de dezembro 2010, com o objetivo de assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos e o efetivo exercício dos direitos de acesso a água, e com base nos pareceres técnico e jurídico constantes nos autos do processo administrativo nº 05885609/2019, outorga o DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS, ao FRANCISCO WAGNER COSTA DE OLIVEIRA, CPF/CNPJ 038.533.183-55 nos seguintes termos:

I – CARACTERIZAÇÃO DA FONTE DE SUPRIMENTO

1 - Denominação da fonte: Rio Curu		
2 - Capacidade da fonte: 3.150,00l/s		
3 - Bacia: Curu		Sub-bacia:
4 - Município: Apuiarés	Distrito: Apuiarés	Localidade: Vila São João
5 - Coordenadas do local de captação ou centro da área do espelho: LAT: 9569990N LONG: 462230E		

II – ELEMENTOS DA OUTORGA

1 - Período de validade da outorga: 04 anos – (23 de setembro de 2019 à 23 de setembro de 2023)	
2 - Local de uso: Vila São João	
3 - Volume outorgado: 24.118,63m³/ano	Área de espelho: m²
4 - Vazão outorgada: 5,02l/s	Vazão contínua: 1,43l/s
5 - Tempo de aplicação da vazão outorgada: 8 horas/dia	6 dias/semana
6 - Finalidade do uso da água: Irrigação de 0,30 ha de feijão, 0,30 ha de milho, 0,30 ha de banana, por inundação e 0,30 ha de mamão e 0,30 ha de goiaba, ambos por faixa.	

III – ELEMENTOS RELEVANTES DA OUTORGA

- 1 - A outorga do direito de uso dos recursos hídricos, de que trata esta portaria, poderá ser suspensa pela SRH, de forma total ou parcial, em definitivo ou por prazo determinado, sem qualquer direito de indenização ao usuário, de acordo com o disposto no art. 11, da Lei 14.844/2010.
- 2 - A cobrança pelo uso dos recursos hídricos superficiais ou subterrâneos obedecerá aos critérios estabelecidos no art. 16, da Lei 14.844/2010.
- 3 - Esta outorga terá realocação de água anualmente em função da disponibilidade hídrica da bacia hidrográfica.
- 4 - O outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.
- 5 - Em se tratando de destinação ao consumo humano é necessário o tratamento da água.
- 6 - A outorga deverá ser renovada sistematicamente, com 03 (três) meses antes de expirar o prazo da vigência, garantido assim, o seu direito de acesso à água.
- 7 - Esta portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal e entrará em vigor na data de sua publicação no D.O.E.

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 23 de setembro de 2019.


Ramon Flávio Gomes Rodrigues

Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna dos Recursos Hídricos